

ANTECEDENTES DA GUERRA



TCor António José de Mello Machado
comandante do BArt3881 (ZML-Angola)

«Em 1971, Costa Gomes, então comandante-chefe [CCFAA] definiu deste modo, ao jornalista Cohen, a nossa presença em Angola e os nossos direitos de soberania:

- "As Forças Armadas Portuguesas combatem em Angola para a defesa do património territorial que há 500 anos nos pertence; para a defesa das suas populações que na sua quase totalidade pretende manter-se portuguesa e que, sem a nossa presença, cairia nas lutas entre os vários movimentos, apelidados de libertação, ou nas lutas tribais, como acontece por quase toda a África dita independente".

Afirmava, deste modo, direitos e deveres soberanos: direitos sobre um património territorial; deveres sobre populações nacionais. Ambos foram renegados. E desmentiu os propósitos libertadores com que os movimentos de guerrilha se apresentavam, revigorando velhas rivalidades e ambições de hegemonia, sob um pretexto de independência em que não acreditava, por saber que encobriam inconfessados desígnios. E esclarecia:

- "Enquanto vigorar o conceito comunista de envolver e asfixiar a Europa através da África, qualquer parcela deste Continente que se oponha a este desiderato é de extraordinária importância... A tenaz comunista vai-se apertando sobre nós."

Costa Gomes, ao denunciar a tenaz comunista preconizada por Lenine, ferrando os dentes na África para abocanhar a Europa, veio aflorar, mal se apercebendo, o imenso drama das lutas tribais que se abatem sobre os povos africanos e não deixarão de ensanguentar os novos países surgidos das independências. O tribalismo, como lhe chamamos, não é mais, afinal, que um conceito de nacionalidade, e o único que prevalece no sentimento dos povos africanos.

Quando os exploradores e viajantes do passado século trouxeram ao conhecimento da Europa a notícia das riquezas que se escondiam nos sertões, a dos tesouros que jaziam esquecidos para além das selvas, as nações mais poderosas depressa se aperceberam que a fortuna ficava ao alcance daquelas que se antecipassem a colhê-la. A mesa estava posta e espicaçava os apetites. O progresso industrial exigia ser saciado com matérias primas; o desenvolvimento produtivo não dispensava a conquista de mercados. As grandes potências - Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica - cobiçaram o manjar e preparavam-se para o repasto. Mas tiveram que conciliar ambições. E, no último quartel do passado século (1885), reunidas em Berlim, retalharam o mapa e traçaram num papel as talhadas que repartiram entre si. Pouco interessou a história ou a geografia. Cada qual escolheu e arrecadou o bocado que conseguiu disputar. As fronteiras desenhadas nada tinham de lógico ou racional. Traduziam o acordo precariamente estabelecido e o equilíbrio entre os poderes e interesses em confronto.

Os direitos históricos de Portugal, que os obtivera séculos antes através de alianças e tratados, e os firmara com a presença dos colonos, soldados, missionários e mercadores, não foram respeitados.

Concebeu-se uma nova teoria, mascarada no dever moral que ficava aos povos mais desfavorecidos de levar o progresso e a civilização aos povos atrasados. Mas recataram-se interesses, pela mesma teoria, só reconhecendo direitos àqueles que pudessem assegurar, pela força, a pacificação dos povos que rejeitassem os benefícios que não haviam perdido.

A partilha, architectada em Berlim, retalhou povos e reinos. Dividiu nações. As partes decepadas ficaram sujeitas a alheias soberanias; os povos foram divididos por fronteiras que até então desconheciam; os velhos reinos ficaram destruídos. A partilha colonial redundou nesta desgraça. Decorreu perto dum século. Ao longo desses anos todos, foram muitos os benefícios recebidos pelos povos africanos. É verdade. As vantagens do progresso; as conquistas da técnica; a elevação e difusão da cultura; a valorização dos conceitos sociais; o termo das lutas entre povos sujeitos a uma comum soberania - foram factores de desenvolvimento e mesmo de fartura.

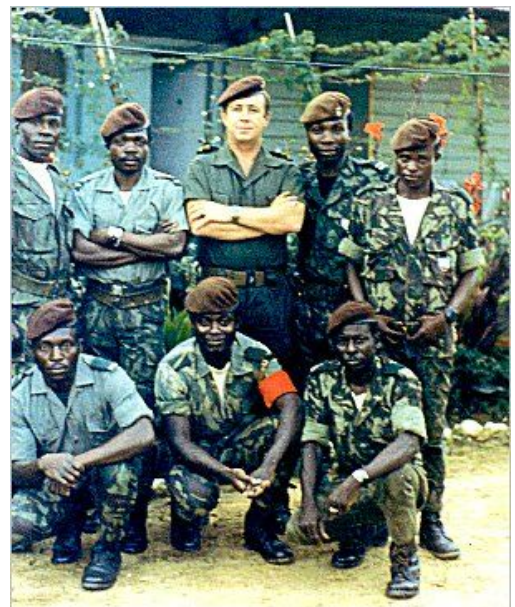
Anos sucessivos de convívio melhoraram as relações humanas. Para as velhas nações, colonizadoras, como Portugal, forjaram-se os alicerces pluri-raciais de novas comunidades fraternas. Mas, nalguns casos, as modernas potências dominantes fizeram exacerbar complexos de racismo. E, de qualquer forma, as potências coloniais, embora conseguissem organizar as sociedades, não puderam eliminar as antigas nacionalidades tribais. Estas perduravam nas tradições, na língua, nos costumes, nas afinidades raciais, na nostalgia dum passado recordado, na religião, na cultura dos povos colonizados. Estariam adormecidas, mas continuavam vivas, no sentimento dos velhos grupos tribais. O tribalismo é embrião dum nacionalismo, deriva de um conceito de unidade, não apenas racial, mas sobretudo política. A tribo, como unidade cultural, foi outrora estado, reino ou potentado. Foi o primeiro alicerce de nacionalidade.

A face do Mundo mudou com a Guerra Mundial. Arrasada e consumida no conflito, a velha Europa ressurgia dos escombros e ruínas sem novas energias. Outras potências se erguiam, extremando posições na procura do domínio da política mundial. E a Terra Negra lá estava, repleta de riquezas, a atihar novas cobiças e a convidar a uma partilha renovada. Mas os expedientes agora utilizados na disputa assumiram aspectos mais subtis. O mapa há muito que se encontrava traçado. A antiga administração colonial fornecera os quadros e mecanismos de governo, e habilitava culturalmente os povos a gerir os territórios que deixava. Acolhera conceitos democráticos de respeito pela dignidade humana, por oposição aos totalitarismos causadores da maior guerra conhecida. Reconhecia, assim, o dever de consultar os povos que governara até então, e o direito destes definirem um destino.

Somente que este conceito foi, à partida, deformado. O direito foi concedido às Colónias, não aos povos. Os novos Estados nasceram construídos sobre Países, mas não sobre Nações. Ascenderam à independência, dentro dos limites outrora traçados num mapa, na Conferência de Berlim; e as Nações, velhas e antigas, continuaram retalhadas, os Povos separados por linhas imaginárias, as Comunidades amputadas sujeitas a tutelas diferentes, e a quem eram alheias. Nestas condições, as Colónias dispunham agora de governos, sem dúvida independentes, mas estranhos ao Povo que geriam no seu todo. Mas as velhas tribos e nações - com história, língua, tradições, passado, afinidades culturais, destino - não se puderam libertar. E o poder, transferido pela administração colonial para um governo independente, e que até então conciliava povos diversos, deixou de ter sentido.

O sentimento de unidade e autonomia encontrava expressão no reino originário, no antigo potentado, na velha comunidade tribal - em suma na afinidade cultural que irmanava as gentes, na língua que falavam e entendiam, nos costumes e tradições que a sua ancestralidade respeitava. Esse, sim, era o verdadeiro sentimento de unidade que voltava a despertar, o conceito de nacionalidade que surgia - sem encontrar razão para aceitar nova tutela quando lhe era prometida uma livre escolha.

Por isso, em todas as colónias, a saída do colonizador gerou guerras ou mortandades horrorosas - Sudão, Biafra, Congo, Burundi, Cassai, Catanga, agora Angola - e deu pretexto à intervenção alheia.



TCor Mello Machado e oficiais dos GE's

Foi assim que, em nome da paz, chegaram ao sertão imensos arsenais, armando as facções em luta, e permitindo a penetração e implantação dos novos imperialismos que se extremavam.

Angola não podia ser excepção. . .

Foi assim que a insurreição estalou no seio do povo Ba-Congo, nos começos de 1961. A sublevação começara a ser preparada logo após a independência do Congo Belga. Mas tinha raízes muito mais antigas. Kasavubu, o primeiro presidente do novo Estado congolês fora o fundador e primeiro dirigente da ABAKO, partido emancipalista nascido em Noqui, no ano de 1953. A ABAKO (Aliança dos Ba-Congo) propunha-se unificar os povos desta etnia e prometia restaurar o velho Reino do Congo - o Manicongo. A agitação provocada por alguns dos mais irrequietos agentes do movimento levava à sua expulsão do território belga, tendo-se refugiado por essa época no território português. Difundiram as suas ideias e chegaram a abrir uma sucursal da Associação em São Salvador, que fora a antiga Banza Congo, capital do velho Reino. Deste modo, a ABAKO, veio a influenciar a criação de algumas associações regionais, na aparência, sem finalidades políticas e antes orientadas para propósitos de assistência e convívio. É disso bom exemplo a ALIAZO (Aliança dos Povos do Zombo) surgida em solo português (Maquela) no início de 1960.

Quando D. Pedro VII, soberano do Congo, residente em S. Salvador e súbdito português, faleceu em 1954, gerou-se uma crise dinástica de sucessão. Renovou-se, nessa data, a disputa ao trono por doze linhagens dinásticas tradicionais, representando outras tantas subdivisões tribais - 7 do lado português, 5 do território belga - cada qual ansiosa por conseguir a liderança espiritual, e os benefícios inerentes, dos Ba-Congo. Conciliados os interesses e apaziguados os ânimos, a sucessão ao trono veio a recair sobre D. António III, que mereceu o apoio do Governo Português. Mas este apaziguamento não interessava nada aos mentores da subversão, que se viram então obrigados a meditar em novos expedientes de agitação. Serviram-se para isso de motivações religiosas, explorando as rivalidades existentes entre católicos e protestantes. No antigo território belga, as populações cristianizadas eram na sua maioria protestantes, influência que se estendia aos concelhos angolanos de fronteira (Ambrizete, Ambriz, Uíge, Maquela e Sanza Pombo); na restante porção do Congo Português, era a maioria católica que prevalecia. De acordo com o seu credo, os dois grupos religiosos foram instigados a apoiar um soberano diferente. É fácil adivinhar como se extremaram na defesa da sua fé e prestígio.

Os católicos, que defendiam uma solução tradicionalista, apoiaram o soberano indicado pelo Governo Português. Reconhecendo a legitimidade de ocupar o trono, associaram-se num propósito de restabelecimento do antigo Manicongo, estruturado de acordo com a história e tradição do povo, e através de negociações pacíficas com o Governo Português, não repudiando a nossa soberania e procurando a participação de portugueses no novo Estado renascido. Estava criado o NGWIZACO (Ngwizni a Kongo, Entendimento do Congo), que absorveu a antiga associação dos Mussorongos (votada a idêntico propósito em relação ao Reino de Soyo).

Os protestantes não acolheram de bom grado a entronização dum soberano católico. No território belga intensificou-se a propaganda de agitadores de inspiração comunista, que se afadigaram aliciando os povos a rejeitar a solução dinástica e a preferir a tese republicana. Ora, através da fronteira imaginária, os povos circulavam livremente. Em números oficiais, cerca de 12 mil Ba-Congo Portugueses trabalhavam, nessa época, em plantações e cidades da colónia belga; e, antes da independência, perto de 3 mil negros expulsos daquele território pela sua turbulência, encontraram refúgio e acolhimento em terra portuguesa. Esta circulação de naturais facilitou a difusão das ideologias e favoreceu a propaganda. Conseguida a adesão dos protestantes à ideia republicana, foi fundado no território alheio um movimento progressista, designado por União dos Povos de Angola (UPA), com o objectivo de restaurar o velho Reino do Congo, pela contestação armada que, uma vez bem sucedida, alongaria o seu domínio a outros territórios angolanos. A UPA, liderada por Holden Roberto, absorveu alguns movimentos associativos regionais (por exemplo, a referida ALIAZO) e entrou em contacto com os principais movimentos emancipalistas congolezes e africanos. Mereceu o apoio da ABAKO, de Kasavubu, que pugnava pela unificação dos Ba-Congo; conheceu o auxílio do Movimento Nacional Congolês (MNC) de Lumumba, que era apadrinhado por Moscovo. Com a independência do Congo Belga, a UPA preparou-se para a luta. Tinha para isso a ajuda e liberdade de acção no novo Estado. O Presidente Kasavubu, sonhando com a grandeza do antigo Manicongo, chamava à unidade os povos da sua raça. Estavam repartidos por Cabinda, pelo Zaire, pelo Congo e pelo Congo Angolano. Sujeitos a três soberanias diversas. O sangue iria correr. Lumumba, à frente do Governo, apoiava Holden Roberto na aventura. Em 1961, a guerra começou.»

(extracto do livro «"Aviltados e Traídos - resposta a Costa Gomes»)

in

